

Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas
e Carla Biancha Angelucci

ORGANIZADORES

**fármacos,
remédios,
medicamentos:**

O que a
educação
tem com **isso**

VOLUME 2

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas
e Carla Biancha Angelucci

ORGANIZADORES

fármacos,

remédios,

medicamentos:

O que a
educação
tem com **isso**

VOLUME 2

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

C387f **Ceccim**, Ricardo Burg; **Freitas**, Cláudia Rodrigues de; **Angelucci**, Carla Biancha (org.).

Fármacos, remédios, medicamentos: o que a Educação tem com isso? Volume 2 – debates continuados, diálogos interdisciplinares / Organizadores: Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas e Carla Biancha Angelucci. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022.

366 p.; il.; gráfs; fotografias. (Série Vivências em Educação na Saúde, v. 27).
E-book: 5,1MB; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5462-001-7

DOI: 10.18310/9786554620017

1. Cuidado em Saúde. 2. Educação em Saúde. 3. Farmacologia. 4. Saúde Coletiva. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

22-30180162

CDD 615

CDU 615

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Editora Rede Unida

Porto Alegre, 2022.





APRESENTAÇÃO:

Sobre esta obra

Cláudia Rodrigues de Freitas

Ricardo Burg Ceccim

Carla Biancha Angelucci

Sobre esta obra

Cláudia Rodrigues de Freitas; Ricardo Burg Ceccim;

Carla Biancha Angelucci

Esta é a segunda obra derivada de um esforço coletivo de reunir pesquisadores e pesquisadoras que vêm se debruçando sobre os processos de medicalização e farmacologização da vida. São autores e autoras com percursos e tempos distintos na lida com bebês, crianças, jovens e adultos em espaços educacionais e de atenção psicossocial. A partir das interpelações que vivem e produzem em diferentes dimensões da vida social, convidam-nos a reconhecer as heranças da lógica medicalizante, bem como os deslocamentos operados na academia, nas políticas públicas, em nossos corações e mentes, de modo a continuarem se perpetuando mesmo diante das críticas contundentes realizadas desde a década de 1980. Sobretudo, os autores e autoras convocam-nos a pensar, sentir e criar novas formas de trabalhar, que estejam referidas a outras lógicas que não a da naturalização de questões sociais que se reduzem a explicações biomédicas, majoritariamente marcadas pelo léxico do extenso catálogo de doenças constituído e legitimado por manuais diagnósticos, ou seja, não se trata de revolver o terreno da medicalização para nele permanecer, ainda que no âmbito da denúncia, mas de construir outras formas de ver, perceber, sentir e, assim, promover direitos, cuidado, ensino, vida.

A iniciativa deste livro deriva de uma ação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Seminário Avançado “Fármacos, remédios e medicamentos: o que a Educação tem com isso?”, realizado em 3 períodos letivos, entre 2020 e 2022. O primeiro seminário gerou o livro de mesmo nome, volume 1; o presente livro, volume 2, corresponde ao segundo seminário. O primeiro foi configurado como “bases introdutórias” e o segundo como “debates continuados, diálogos interdisciplinares”.

Pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições brasileiras foram convidados a compartilhar os caminhos que vêm trilhando a respeito desse tema. No primeiro seminário foram trabalhados temas como normalização, medicalização e patologização, que faziam referência à medicamentação. O segundo seminário provocou discussões sobre a

medicalização e farmacologização de corpos, sobre processos subjetivos e de singularização, sobre processos de escolarização e de atenção psicossocial, contemplando questões relativas a estudantes da educação especial. Os seminários procuraram, ainda, valorizar experiências de produção de novos conhecimentos e tecnologias de interesse à educação especial, saúde e processos inclusivos. Organizado em **três seções**, cada uma com seis capítulos, o livro traz discussões conceituais de interface com a resistência à lógica medicalizante, com a educação e com a atenção psicossocial.

A primeira seção, **Medicalização e farmacologização: constâncias, deslocamentos e efeitos sobre a vida**, é inaugurada pelo texto de Ana Carolina Christofari, “Modelo biomédico e patologização: caráter corretivo e produtivo da medicalização na escola”. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisadora, em regime de pós-doutorado em Educação na UFRGS, considera que no modelo biomédico as justificativas para a não aprendizagem, discutindo a patologização dos modos de vida na escola como uma estratégia biomédica de investimento nos corpos tomados como desviantes. A partir do recorte de uma pesquisa antecedente, realizada entre 2017 e 2019, com documentos de estudantes de uma escola pública municipal, a autora evidencia a racionalidade médica não apenas nas práticas pedagógicas, mas na própria dinâmica escolar. Estabelece três eixos de análise: a presença do diagnóstico via laudo médico de todos os estudantes; a presença de indicações para a escola nos laudos médicos; o destaque às condutas dos estudantes consideradas incompatíveis para sua faixa etária.

Já em “Diagnósticos e psicofármacos na infância e adolescência: usos e abusos”, tema da autoria de Rossano Cabral Lima, docente do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o professor parte do reconhecimento da ampliação da circulação do tema da saúde mental de crianças e adolescentes para, então, explicitar as muitas lacunas percebidas nas discussões empreendidas na saúde ou na educação. Mostra-nos que é forte a presença das tentativas de identificar quem são as pessoas precisando de cuidados em saúde mental, bem como os motivos pelos quais sofrem, evocando-se, para isso, modelos de compreensão do processo saúde-doença. O autor problematiza a prevalência de comorbidades psiquiátricas em crianças e adolescentes, assim como o uso de psicofármacos, muitas vezes *off-label*, retomando as orientações de organismos internacionais e

normativas nacionais para que o atendimento de crianças e adolescentes ocorra na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Maicon Cunha, pesquisador com tradição na Universidade Federal do Rio de Janeiro, diretor clínico do Instituto de Estudos da Complexidade no Rio de Janeiro e atualmente docente da Universidade Estácio de Sá, apresenta-nos “Psiquiatrização biologizante e manuais psicopatológicos: abolição do sujeito e compulsão” de modo a trazer em consideração as novas versões de manuais diagnósticos, problematizando se isso reverbera em melhor identificação de processos patológicos e melhores processos de cuidado e terapêutica. Entre os processos terapêuticos, destaca a utilização de drogas, expressão da força da psiquiatria biológica, que é legitimada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Alimentando-se de inúmeras e consolidadas fontes, o autor mostra que os diagnósticos não apenas descrevem, mas moldam sujeitos, isto é, subjetividades que passam a se constituir também a partir de seus diagnósticos. Assim, analisa como a relação entre a racionalidade do DSM e a prescrição de psicofármacos abre caminhos para a abolição do sujeito e de sua capacidade de interiorização. Diante desse quadro, propõe uma leitura possível para o comportamento compulsivo.

Em “Os diagnósticos e os autismos nas conversas com a Educação”, Ricardo Lugon Arantes, docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e do Centro Universitário Instituto Evangélico de Novo Hamburgo, doutorando da UFRGS, discute o diagnosticar e seus elementos de composição. Convida a pensar sobre o diagnóstico como expressão de uma categoria identitária, indicação para a produção de linhas de cuidado e abertura de possibilidades. O autor retoma a necessidade de ruptura com a redução do diagnóstico à sua dimensão classificatória, bem como aponta como fundamental a dimensão ética deste processo que é relacional, ou seja, não existe senão na produção de interlocução respeitosa e complexa entre sujeitos que nem sempre concordam, mas que permanecem em diálogo sobre o que faz barreira para o exercício da vida digna.

Ricardo Luiz Narciso Moebus, docente da Universidade Federal de Ouro Preto, pesquisador na interface com os povos indígenas brasileiros, e Ricardo Burg Ceccim, pesquisador da educação e ensino da saúde na UFRGS, trazem uma espécie de manifesto: “Por uma saúde-saída decolonial: saúde mental a partir dos povos indígenas no Brasil”. Trata-se do desafio de

inventar uma saúde que seja saída decolonial capaz de desconstruir um “poder psi” que faz muito transbordou dos muros dos asilos e se difundiu amplamente por todo o tecido social. Debatem a persistência do paradigma cartesiano que toma a saúde fragmentada em física e mental. Um dualismo que não condiz com a perspectiva integrativa dos povos originários. Usam, então da perspectiva do “encasamento” (trazer para casa) como um não à segregação e ao empobrecimento do convívio, um não ao desperdício das forças afirmativas da vida e à negação das nossas relações com os seres que habitam os entornos. Concluem que aceitar a vertigem do pensamento, talvez seja essa a grande expectativa dos povos originários em relação aos brancos e, assim, ampliar o nosso (de todos nós) horizonte existencial.

Fechando a seção com “Resistir à lógica medicalizante: exercício a partir da revisão da literatura”, Kelly Cristina dos Santos Silva, doutoranda da Universidade de São Paulo e sua orientadora, a professora Carla Biancha Angelucci, discutem produção científica e geração do conhecimento. Ao considerarem as críticas realizadas nos últimos 40 anos sobre os processos de medicalização da educação no Brasil e recuperarem a centralidade das discussões sociopolíticas na Educação, Kelly e Biancha realizaram uma análise bibliométrica nas bases de dados SciELO, Pubmed e Medline, de modo a compreenderem como a temática da medicalização da Educação tem sido tratada por pesquisadores da Psicologia, da Medicina e da Educação. Apontam a prevalência de estudos realizados a partir da Psicologia, com pouca penetração dos debates sobre a medicalização da Educação nas áreas da Medicina e da própria Educação.

Enfrentamento à medicalização e à farmacologização da Educação é o título da segunda seção, que se inicia com o texto de Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares, docentes aposentadas respectivamente da Faculdade de Ciências Médicas e da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. “A medicalização do não-aprender-na-escola e a invenção da infância anormal” é um registro revisado da apresentação elaborada para um evento científico de 2008. Nele, as autoras, que se constituem em fundamental referência no campo de estudos da medicalização da vida, refletem como a racionalidade médica não apenas informa a leitura sobre os processos de humanização, como também se amplia e se desdobra de maneira a gerenciar mais e mais diferentes aspectos da vida: o processo saúde-doença, a aprendizagem, o comportamento e as entranhas da vida na escola. Ampliação e intensificação

que produzem, a um só tempo, a infância anormal, o professorado-detector-de-patologias e as redes educacionais e de saúde para identificação, captura e intervenção sobre a anormalidade.

“(Des)medicalização da educação: deslocamentos a partir da potência da ação pedagógica” leva a autoria de Clarissa Haas, docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Caxias do Sul. O texto, que deriva de apresentação em evento científico, aborda a (des)medicalização da educação a partir da potência da ação pedagógica. A autora analisa, a partir de fontes orais e documentais, cenas de diferentes momentos da trajetória escolar de um estudante com deficiência física, priorizando dimensões de sua escolarização no Ensino Médio técnico.

“Processos de Medicalização de Bebês e de Crianças bem pequenas: pistas e reflexões sob a ótica da Educação” tem a autoria de Ângela Aline Hack Schlindwein Ávila, Sheyla Werner e Cláudia Rodrigues de Freitas, respectivamente mestranda, doutoranda e professora orientadora na UFRGS. A partir da cartografia, as autoras buscam produzir pistas para a análise educacional dos processos envolvendo a medicalização de bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos). Dentre as pistas anunciadas, indicam a necessidade de ampliação das pesquisas envolvendo o público da educação infantil e a importância da troca entre os professores e sua rede na e da escola para a produção de cenários educativos de perspectiva inclusiva.

Daniele Noal Gai, docente da UFRGS, apresenta “Estudantes com autismo e a universidade: conversações”. Em um texto-diálogo, a autora traz o registro de situações formativas em torno da discussão sobre a inclusão e a permanência de estudantes com transtorno do espectro autista na universidade. Compreendendo o acúmulo de conhecimentos nesse campo, a ação educativa como artesanaria e a persistência de questionamentos, estereótipos e estigmas, o texto compartilha o movimento coletivo que a educação proporciona: expor os próprios pensamentos e expor-se ao de outros colegas, para, assim, em conjunto, produzir uma vida não medicalizada na universidade.

Danielle Marques da Cruz, Micaela Koch Schmitt, Dorisnei Jornada da Rosa e Ricardo Burg Ceccim, respectivamente mestrandas (as duas primeiras), doutoranda e professor orientador na UFRGS, discutem “Pandemia e medicalização: uma narrativa do cotidiano com escolas”. Tratam da radical experiência vivida na pandemia, com o isolamento físico ou social e a

reinvenção dos modos de ser escola. Considerando os efeitos na produção de subjetividade, as autoras e o autor discutem os sentidos da ampliação de atestados e diagnósticos nesse período. Subjetividades reificadas que, por sua vez, criam ou reforçam identidades escolares. Tal cenário convoca profissionais da educação a retomarem dispositivos de diálogo na escola como estratégia de retomada do encontro entre parceiros que podem desfazerem-se e refazerem-se para além do já sabido, do já catalogado.

Encerrando esta seção, Adriana Marcondes Machado e Paula Fontana Fonseca, respectivamente docente e psicóloga pesquisadora da Universidade de São Paulo, discutem as “Armadilhas da escrita acadêmica na discussão dos processos de medicalização”. As autoras partem de duas cenas narradas em trabalhos acadêmicos de pesquisa na interface Psicologia-Educação. Compreendendo que o conhecimento não apenas permite acesso à realidade, mas também a produz, refletem sobre os efeitos na subjetividade em ser tachado, rotulado: “uma sentença revestida com o fino e reluzente invólucro da verdade”. Discutem, então, o exercício de tomar, como parte da formação de estudantes de Psicologia, o exercício da escrita endereçada, atenta à produção cuidadosa e comprometida das interlocuções textuais.

A terceira seção foi designada por **Enfrentamento à medicalização e à farmacologização na atenção psicossocial e no cuidado**. Essa seção, abre com o texto de Marcia Moraes, docente da Universidade Federal Fluminense e Marília Silveira, professora visitante da Universidade Federal de Alagoas. As pesquisadoras apresentam “Proposições para uma articulação entre as lutas antimanicomial e anticapacitista”. Márcia e Marília partem de cenas de cuidado relativas a pessoas diagnosticadas e com deficiência, de modo a refletir em profundidade a experiência de serem percebidas como alguém que deve se ajustar. Articulando os campos de conhecimento da saúde mental e dos estudos da deficiência, as autoras oferecem um profícuo caminho de aproximação nas discussões sobre autonomia, cuidado, rede e liberdade, o que implica o radical investimento na produção de laços.

Em “A atenção medicada e a ecologia da atenção: a experiência de adolescentes”, Luciana Vieira Caliman, docente da Universidade Federal do Espírito Santo e Maria Renata Prado-Martin, pesquisadora da Universidade Paris Descartes e do Centro de Formação L’Horizon, França, analisam o diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e o uso de

metilfenidato, sob uma perspectiva ecológica na qual a atenção é um exercício coletivo e conjunto. Recorrem à narrativa sobre dois adolescentes para instigar leitores e leitoras a acessarem as irregularidades e especificidades dos processos de biomedicalização atuais, que só podem ser acessados quando se propõe a análise de experiências consideradas em sua totalidade, pois é nas situações concretas que se pode alcançar a complexidade da produção de sentidos do diagnóstico e do uso de medicamentos na vida dos sujeitos.

Clau Fragelli e Sabrina Helena Ferigato, respectivamente mestrandas e orientadora na Universidade Federal de São Carlos, apresentam “Saúde mental e educação infantil: interfaces entre o cuidar, o educar e o brincar”. O texto, que deriva da pesquisa de mestrado, discute a percepção de educadoras de Educação Infantil sobre a saúde mental docente no contexto de trabalho. Ao retomar a formalização da educação infantil no Brasil e se posicionarem ética e teoricamente nas discussões sobre saúde mental do trabalhador, as autoras realizam uma cartografia, registrando e elaborando conjuntamente com as educadoras o processo saúde-doença identificado ao longo do trabalho.

Em “A identificação de sinais de risco de autismo: marcas do diagnóstico e palavras não escritas”, Aniê Coutinho de Oliveira, docente da Universidade Federal de Pelotas, e Ricardo Burg Ceccim, docente da UFRGS, problematizam risco e epidemia quanto ao autismo referido a vida de crianças e adolescentes. Dessa forma, discutem vantagens e perigos presentes na nomeação precoce, posto que fundam e fixam expectativas futuras referidas à ocupação de espaços sociais. A análise do conceito de risco em saúde mental e, especificamente, de risco de autismo permite a compreensão a respeito de como se está lidando com diferentes formas de subjetivação e com o sentido político e técnico que se quer dar ao diagnóstico, quando operado como detecção de risco.

“Sofrimentos discentes e a produção coletiva de cuidados no ensino superior: em busca de descolonizar e desmedicalizar o pensamento”, foi apresentado por Thaís Seltzer Goldstein, docente da Universidade Federal da Bahia, e SásHENka Meza Mosqueira, docente da Universidade Paulista. Nesse capítulo, as autoras refletem sobre suas experiências de docência e supervisão no ensino superior, para buscarem compreender a produção de sofrimentos discentes que vêm emergindo no cotidiano das universidades

onde atuam. De uma perspectiva crítica à medicalização dos sofrimentos, à meritocracia e ao produtivismo que vigoram nas universidades públicas e privadas, e no próprio mundo neoliberal, articulam situações de humilhação e fracasso acadêmico ao racismo e a outras opressões presentes no funcionamento institucional, lembrando que tal condição se perpetua a despeito da vigência de políticas afirmativas que democratizaram o acesso de segmentos sociais “historicamente marginalizados” ao ensino superior no Brasil na última década. No percurso do capítulo, apresentam o perfil e os desafios vivenciados por discentes de uma universidade federal durante a pandemia de covid-19 e o ensino remoto; em seguida, discutem situações de violação de direitos nas relações entre docentes e discentes. Dialogando com contribuições teóricas do “pensamento descolonial”, desvelam potencialidades na escuta, no acolhimento grupal, nas comissões institucionais universitárias e outros agenciamentos coletivos de combate a tais violações. Para concluir, as autoras, apontam alternativas à “captura medicalizante que individualiza, silencia e despolitiza sofrimentos deflagrados pelo racismo e outras opressões estruturais”.

Encerrando esta seção e a coletânea, Ana Marta Lobosque, professora e pesquisadora aposentada da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, brinda-nos com o texto “Vulnerabilidades e a atenção psicossocial: das cicatrizes aos laços”. A autora recolhe cenas vividas em um Centro de Atenção Psicossocial que permitem a percepção de que a produção de laços não se refere tão somente aos jovens usuários das ações de saúde mental, mas também a serviços e profissionais envolvidos na atenção psicossocial. Em seu texto, o tecido da vida vai sendo costurado e recosturado a partir das ligações entre história de vida, ofertas sociais, encontro com profissionais e criação de novas ofertas. Criação essa que não diz respeito apenas àqueles sob cuidado, mas também a profissionais e serviços que, no encontro com novas experiências, têm a oportunidade de inventar novos modos de *ser para e estar com* a população.

Do conjunto da obra participam 31 pesquisadores, mestrandos, doutorandos e professores orientadores da pós-graduação *stricto sensu*. Dentre esses pesquisadores e pesquisadora, 10 instituições de ensino federais, quatro estaduais, três privadas e um centro internacional. O centro internacional é francês e, dentre as instituições brasileiras, oito estados da federação: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Este é um livro que pode ser fruído aos poucos, tomando cada capítulo como uma interlocução em separado, ou de uma só vez, depreendendo, para além de cada contribuição, os laços que se produzem nesse esforço conjunto de entretecer diferentes campos e territórios de conhecimento. Desejamos, como seminário de pós-graduação que deu origem ao livro, um diálogo contínuo e interdisciplinar. Esperamos que os trabalhos aqui registrados produzam interlocução, de modo a permitir o que a boa leitura faz: deslocar-se de si, percorrer outros mundos para, então, ao voltar para casa, perceber outro lugar ali mesmo, onde tudo parecia tão familiar.